



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 18 | Jan./Jun. de 2018

Iamara Viana

*Professora da PUC-RJ, Doutora em História UERJ, e pós-doutoranda no Instituto de História da UFRJ.
ia.sviana@gmail.com*

Flávio Gomes

*Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ e pesquisador do CNPq.
escravo@prolink.com.br*

DAS DIMENSÕES ATLÂNTICAS: notas sobre demografia escrava no Rio de Janeiro, Vassouras, C. XIX

RESUMO

Em várias partes das Américas, escravizados -- crioulos e africanos -- constituíram formas de socialização, entre as quais arranjos familiares. Dentre os temas destacados nos estudos sobre a sociedade escravista no Brasil, encontra-se aquele do parentesco. Até a década de 70, autores apontavam à inexistência de famílias; porém outros estudos revisitaram documentos, criticando imagens cristalizadas sobre a vida dos escravizados. Utilizando fontes diversas (inventários, listas nominativas, censos populacionais e registros paroquiais) demonstrariam como parte considerável da população de cativos, com estratégias variadas, constituiu famílias e relações de compadrio envolventes.

Palavras-chave: Demografia. Parentesco. Compadrio. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

In various parts of the Americas, enslaved people - Creoles and Africans - constituted forms of socialization, including family arrangements. Among the themes highlighted in the studies on slave society in Brazil, there is that of kinship. Until the 70's, authors pointed to the inexistence of families; but other studies revisited documents, criticizing crystallized images about the lives of the enslaved. Using diverse sources (inventories, nominative lists, population censuses and parish registers) would demonstrate how a considerable part of the population of captives, with varied strategies, constituted families and relationships of compadrio.

Keywords: Demography. Kinship. Compadrio. Rio de Janeiro.

Em várias partes das Américas, escravizados -- crioulos e africanos -- constituíram formas de socialização, entre as quais arranjos familiares. Dentre os temas destacados nos estudos sobre a sociedade escravista no Brasil, encontra-se aquele do parentesco.¹ Até a década de 70, autores apontavam à inexistência de famílias; porém outros estudos revisitaram documentos, criticando imagens cristalizadas sobre a vida dos escravizados. Utilizando fontes diversas (inventários, listas nominativas, censos populacionais e registros paroquiais) demonstrariam – a despeito do mundo de opressão, das condições de vida e trabalho, dos regimes demográficos nos plantéis, dos altos índices de mortalidade etc., – como parte considerável da população de cativos, com estratégias variadas, constituiu famílias e relações de compadrio envolventes. Slenes – partindo das críticas aos relatos de viajantes utilizados pela historiografia das décadas de 60 e 70 – propôs investigar as conexões entre as “políticas de domínio” e os “projetos dos escravizados”, articulando demografia e história social. Arranjos familiares e compadrio foram acionados pelos escravizados para inventarem identidades relacionadas ao trabalho e as comunidades em que viveram.² Como gerações e gerações de africanos organizaram sentidos, sentimentos, escolhas e expectativas aos seus arranjos familiares? Como ressignificaram estratégias parentais? Especialmente para os africanos – de diferentes gerações e origens – o que significava casar, segundo os rituais católicos? Como as suas escolhas – a partir dos registros eclesiásticos – podem ser vistas como formas ampliadas de organizarem-se em termos étnicos e comunitários? Neste breve artigo revisitamos a demografia africana no Vale do Paraíba. A partir de um exercício analítico com base empírica própria propomos uma abordagem sobre os casamentos dos africanos, perscrutando perfis, padrões e identidades nas escravarias de Vassouras.

Um Vale escravizado entre montanhas africanas

No Oitocentos, a região escravista cafeeira de Vassouras foi um território vital para a manutenção e expansão da ordem imperial brasileira. Para entender a economia escravista é fundamental citar o estudo clássico de Stanley Stein para os

¹Para uma revisão historiográfica ver: MOTTA, José Flávio. "Família escrava: uma incursão pela historiografia". *História: Questões & Debates*, Curitiba, 9(16): 104-59, jun. 1988

² SLENES, Robert W. *Na Senzala, Uma Flor. Esperanças e Recordações na formação da Família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999

anos 50, assim como a abordagem de Eduardo Silva no final da década de 70.³ Para os anos 80 e 90 foi fundamental as várias pesquisas de Robert Slenes.⁴ Nos últimos anos, estudos tem destacado o papel da estrutura econômica na região, o impacto demográfico, as políticas senhoriais, formas de controle e a cultura escrava. Destacamos aqui as abordagens de Ricardo Salles e Fábio Carvalho.⁵

Importante área escravista de *plantation* no sudeste cafeeiro, Vassouras se destacaria.⁶ Vejamos. Das cinco paróquias existentes, duas somavam o maior quantitativo de escravizados do município: Nossa Senhora da Conceição e Paty do Alferes. Eram consideradas as áreas mais importantes no que tange as grandes fazendas e a produção cafeeira. Estas duas freguesias somavam então, 64% da população total do município, sendo que os escravizados alcançavam 71%.

Tabela 1 - Livres e escravizados em Vassouras, 1872

Paróquia	Livres			Escravizados			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Total
Conceição	2.474	1.987	4.461	3.632	2.571	6.203	10.664
Mendes	965	682	1.647	961	732	1.693	3.340
Pati	3.361	2.992	6.353	4.567	3.520	8.087	14.440
Ferreiros	1.223	900	2.123	1.428	1.115	2.543	4.666
S. Família	2.341	2.160	4.501	891	751	1.642	6.143
Total	10.364	8.721	19.085	11.479	8.689	20.168	39.253

Fonte: Recenseamento, 1872. Apud: STEIN, Stanley. *Vassouras um município do café*. p. 152.

³SILVA, Eduardo. Barões e escravidão. *Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984 (sendo a tese de 1979) e STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 (sendo a obra em inglês de 1957).

⁴SLENES, Robert W. "Grandeza ou decadência: O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888", In: COSTA, Iraci Del Nero da. (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, IPE-USP, 1986, pp. 103-52

⁵CARVALHO, Fábio Pereira de. *Vassouras: comunidade escrava, conflitos e sociabilidade (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017 e SALLES, Ricardo Henrique. *E o Vale era o Escravo: Vassouras século XIX – Senhores e escravizados no coração do Império*. Rio de Janeiro, 2007.

⁶Reflexões importantes sobre as dimensões estruturais e econômicas sobre o Vale do Paraíba e os impactos de abordagens sistêmicas da sociedade escravista aparecem nos estudos de MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. *Almanack*, volume 5, 2013, pp. 51-60; Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum (UFPB)*, volume 29, 2013, pp. 289-321; O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, volume 18, 2010, pp. 83-128 e MARQUESE, Rafael de Bivar e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, volume 1, p. 21-56.

Até a década de 70 Vassouras manteria uma crescente concentração de escravizados. Considerando-se ainda a população de livres, como libertos e filhos de ex-escravizados $\frac{3}{4}$ da população era “de cor”. Em nenhuma das paróquias a população livre classificada como “branca” superava a população negra e mestiça. Tal composição populacional reforçaria as dimensões socioeconômicas de várias áreas do vale do Paraíba, ao longo do século XIX. O número de escravizados em Vassouras foi gradativamente aumentando, acompanhando a estabilização e o crescimento econômico da produção cafeeira.

Tabela 2 - Livres e escravizados em Vassouras, 1872

	1840	%	1850	%	1872	%	1884	1884 ^a
Livres	6.285	30,48	9.496	33,08	18.608	47,99	-	-
Escravizados	14.333	69,52	19.210	66,92	20.168	52,01	17.891	23.073
Total	20.618	100	28.706	100	38.776	100	-	-
% de crescimento da população livre			51,09%		95,96%		-	-
% de crescimento da população de escravizados			34,03%		4,99%		-11,29%	14,4%
% de crescimento total da população			39,23%		35,08%		-	-

Nota 1: Os dados sobre a população escrava em 1884 são da Matrícula de Escravizados de 1884.

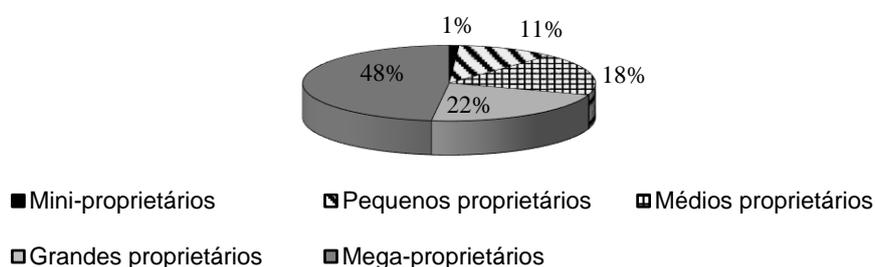
Fonte: Relatórios dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, 1840 e 1850, Relatório do Ministério da Agricultura, 1884. Apud. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. pp. 159.

Tanto os escravizados como os fazendeiros não formavam grupos homogêneos. Salles destacou as clivagens entre os fazendeiros refletidas nos plantéis, certamente concentração agrária e quantidades de escravizados. Suas abordagens consideraram padrões de posse de escravizados mais estratificados: micro-proprietários (de 1 a 4), pequenos (de 5 a 19), médios (de 20 a 49), grandes (de 50 a 99) e mega-proprietários (100 ou mais).⁷ Destacaria ainda – por exemplo -- as diferenças entre micro e pequenos proprietários, posto que alguns não eram donos de terra, mas sim meeiros/parceiros de grandes proprietários. Mesma numa área de *plantation* havia considerável parcela de escravizados classificados em ocupações semi-urbanas e aquelas domésticas. Os proprietários considerados mini e pequenos detinham 12% dos escravizados, representando um pouco mais da metade dos proprietários. O percentual de escravizados em posse dos médios

⁷ SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. pp. 25

proprietários alcançava 18%.⁸ De fato, os considerados mega-proprietários representavam apenas 9%, mas concentravam a posse de 48% do total de escravizados. Considerando os grandes e os mega-proprietários (21% do total de fazendeiros) havia a concentração de 70% dos escravizados. Também alguns grandes proprietários de terra e escravizados tinham mais de uma propriedade rural. Em Vassouras, fundamentalmente havia uma estrutura escravista agrária que reafirmavam poder e domínio econômico, social e político. Tal situação foi acelerada com a expansão da economia cafeeira e conformações econômicas reforçavam as hierarquias intra-proprietários, em termos de distinções econômicas, políticas e simbólicas locais.

Gráfico 1 - Padrões de posse das escravarias em Vassouras, segundo os fazendeiros, 1821-1880



Fonte: Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*. op. cit., p. 157.

Tamanho das propriedades, padrões de posse, desmatamento, expansão das fronteiras das terras agricultáveis a serem utilizadas, necessidades do cultivo, incorporação de mão-de-obra, manutenção da fazenda, padrões de moradia/senzalas, beneficiamento do café, produção de gêneros alimentícios etc. norteavam diferentes culturas do trabalho, comunidades de escravizados, práticas de incentivo, políticas de domínio e governo dos escravizados. Enquanto padrão de exploração sócio-econômica prosperariam as grandes propriedades, a expansão da produção e a concentração de riqueza fundiária.⁹

Muitos estudos econômicos, demográficos e mesmo em história social sobre o sudeste escravista cafeeiro exploraram pouco as clivagens africanas dos

⁸ *Idem. Ibidem.* pp. 155-156.

⁹ *Idem. Ibidem.* pp 156-158

escravizados no século XIX.¹⁰ Propomos aqui abordagens empíricas para Vassouras com base em diferentes amostras demográficas. Inicialmente analisamos os registros eclesiásticos de óbitos dos escravos. De 643 registros de sepultamentos de africanos escravizados entre 1840 e 1880 identificamos cerca de 27% com nomenclaturas de origens africanas. Os africanos ocidentais somavam quase 10%, sugerindo que apesar de minoria talvez não constituísse um contingente africanos tão pequeno – tal qual para a Corte de 1,5% a 7% -- conforme sugerido pioneiramente pelos estudos Klein, Florentino e Karasch.¹¹ Os africanos orientais – talvez sub-representados nesta amostra de óbitos – aparecem (classificados como Moçambiques e Inhambanes) com aproximadamente 14%. São preponderantes os africanos centro-ocidentais com cerca de 76% do total de africanos sepultados, destacando-se os africanos do Congo Norte (Congos e Cabindas) que aparecem com 36,7% seguidos pelos classificados como Benguelas (sul de Angola) com 29,8% e os africanos classificados como Angola com 18,3%. As diferenças do percentual de gênero entre os africanos também aparecem nestes registros de sepultamentos, com 28,3% de mulheres africanas

Tabela 3 – Nomenclaturas das origens dos africanos escravizados sepultados em Vassouras, 1840-1880.

Áreas de embarque do tráfico atlântico	Nomenclaturas das origens dos africanos	Homens		Mulheres		Total	
		No	%	No	%	No	%
África Ocidental	Mina	12	9,3	5	11,6	17	9,9
	Angola	11	8,5	13	30,3	24	14
África Centro-Ocidental	Benguela	29	22,4	10	23,3	39	22,7
	Cabinda	16	12,4	3	7	19	11
	Camundongo	1	0,8	0	0	1	0,6
	Cassange	7	5,4	2	4,7	9	5,2

¹⁰ Para algumas exceções, ver: Ver: AGOSTINI, Camilla. Cultura material e a experiência africana no Sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi (Rio de Janeiro)*, volume 10, 2009, pp. 39-47; AGOSTINI, Camilla. Africanos e a formação de identidades no alémmar: um estudo de etnicidade na experiência africana no Rio de Janeiro do século XIX. *Historia & Perspectivas (UFU)*, volume 1, 2008, pp. 241-259; ENGEMANN, Carlos. O fenômeno da ladinização e o status dos escravos africanos no Sudeste brasileiro do Século XIX. In: PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Marcia, PEREIRA, Isnara Pereira. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, pp. 223-238 e MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense (Online)*, volume 7, 2008, pp. 138-152.

¹¹ Ver: GOMES, Flavio dos Santos. 'A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir de registros eclesiásticos'. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)*, volume 19, pp. 81-106 e "The Atlantic demographics of African in Rio de Janeiro in the seventh, eighteenth, and nineteenth centuries: some patterns based on parish registers". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos (on-line)*, volume 19, pp. 81, 2012.

	Congo	24	18,6	5	11,6	29	16,9
	Canguela	0	0	1	2,3	1	0,6
	Monjolo	3	2,4	1	2,3	4	2,4
	Muange	1	0,8	1	2,3	2	1,2
	Rebolo	2	1,6	1	2,3	3	1,8
África Oriental	Inhambane	1	0,8	0	0	1	0,6
	Moçambique	22	17	1	2,3	23	13,1
Total		129	75	43	25	172	100

Fonte: Registro de Óbitos de escravizados. CDH.

Uma outra base empírica são os africanos escravizados que aparecem nos inventários *post-mortem*. Para o período de 1825 a 1865 separamos 7468 africanos com nomenclaturas de origem. Do total de 28 nomenclaturas com 3 ou mais registros, os africanos aparecem concentrados em quatro nomenclaturas acima de mil registros: Congo (1365), Benguela (1218), Cabinda (1119) e Mocambique (1285). Qual seja, cerca de 69% dos escravizados africanos aparecem com uma destas nomenclaturas. Acima de 100 registros aparecem mais sete nomenclaturas: Angola (450), Mina (357), Monjolo (323), Rebolo (302), Inhanbane (185) e Moange (121). Estas reúnem 1738 africanos perfazendo cerca de 77,3% dos africanos restantes. Com mais de dezendo até 100 registros aparecem os africanos com 10 diferentes nomenclaturas: Cabundá (27), Calabar (20), Ganguela (88), Macua (15), Mofumbe (46), Mossena (13), Mufumbe (18), Munhaca (18), Quilimane (29) e Quissama (27). Com 3 a 9 registros aparecem aqueles com as nomenclaturas Baca, Cabo Verde, Camundá, Covanca, Gala, Luanda, Massunde, Maumbe, Mocombe, Moiacá, Mojau, Mondambe, Mossambe, Mugumbe, Mussambe, Mussunde, Muxicongo, Nagô, São Tomé, Sena, Sofala, Umbaca e Zamba. Com apenas 1 ou 2 registros aparecem os africanos com as nomenclaturas Canje, Quissemaque, Quam, Orambe, Nabandé, Muxaco, Munoca, Munhambane, Muide, Mudombo, Muçumbe, Muana, Monhaine, Mogangue, Mombola, Mondombe, Cabambe, Moila, Mocumbe, Massunde, Mamplo, Bussene, Bomba, Bomboira e Binga.

Os africanos ocidentais somam 403, aparecendo com cinco diferentes nomenclaturas: Mina (357), Calabar (37), Cabo Verde (3), São Tomé (3) e Nagô (3), perfazendo 5,6% dos africanos inventariados em Vassouras. Indicativo é o percentual de mulheres africanas ocidentais, com 44%. Já os africanos orientais aparecem com 1539 registros (21,3%) nas nomenclaturas: Moçambique (1285), Inhambane (185), Macua (15), Sofala (4), Mojau (5), Mossena (13) Sena (3) e

Quilimane (29). Para os africanos orientais o impacto do percentual de mulheres é invertido, somando elas apenas 19,7%. Por fim, os africanos centro-ocidentais somam 73,1%. Para além das nomenclaturas majoritárias Angola, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Monjolo e Rebolo em mais de 80% registros, destacam-se Muange, Mofumbe, Ganguela, Cabundá, Songo e Quissama.

Entre o percentual de mulheres africanas vai haver variações entre os africanos centro-ocidentais distribuídos em dezenas de categorias, Entre os africanos das áreas Congo Norte as mulheres vão variar de 22 a 28%, enquanto para as áreas sul de Angola elas oscilam de 35 a 40%. Seria interessante pensar como as estruturas econômicas escravistas de Vassouras se conformaram considerando também as clivagens do impacto africano e suas gerações. Para os estudos sobre a montagem e desenvolvimento da escravidão em áreas de plantation ainda exploramos pouco as dimensões atlânticas da demografia africana. Estas paisagens cafeeiras eram também conformadas por ecologias africanas e crioualizadas sobre as quais ainda podemos conhecer mais. Experiências ao longo das viagens de tropas – do Rio de Janeiro – para vendas de escravizados para estas regiões, paulatina incorporações de africanos (com diferenças quantitativas) nos pequenos, médios e grandes plantéis, períodos iniciais de adaptação, reorganização dos mundos do trabalho escravo com base na incorporação étnica de novos escravizados africanos, conformações e ajustes permanentes de comunidades escravas são universos ainda desconhecidos para os historiadores da escravidão.

Vivendo as diferenças

O que sabemos pouco é como camadas e camadas de africanos foram inseridas – fases e faces – em diferentes áreas de plantation. Gerações de africanos que podiam chegar no final da década de 1820 teriam que conviver com levas de africanos que chegaram na década de 1840 com o tráfico ilegal, sem contar com aqueles introduzidos por meio do tráfico interprovincial dos anos de 1860. Como estas clivagens africanas de escravizados seriam inseridas e redefinidas nas paisagens econômicas, especialmente mundos do trabalho, moradia e territórios étnicos? Para Vassouras sabemos pouco sobre as primeiras gerações de africanos que plantaram os primeiros pés de café, transportaram equipamentos e ergueram fazendas suntuosas ali. Como eram os mundos do

trabalho? No fim da década de 1940, a partir de pesquisa arquivística e de relatos de ex-escravizados e de seus descendentes, o historiador norte-americano Stanley Stein reconstituiu – de forma inédita – a rotina diária de trabalho nas grandes fazendas em Vassouras. Tais abordagens já sugeriam um repensar nas lógicas demográficas aparentemente naturalizadas de alguns estudos. Pioneiramente Stein comporia uma narrativa em torno da experiência cotidiana dos *mundos do trabalho* dos escravizados. Revisitar aqui tal reconstrução significa deslocar abordagens para os espaços e significados das sociabilidades dos africanos nesta região.¹²

Vejamos. Muito antes que os primeiros raios de sol alcançassem aquele "mar de colinas", que caracterizava partes do Vale Paraíba, os escravizados eram despertados pelos feitores e capatazes. Nas grandes propriedades, o início do dia de trabalho podia ser anunciado por um sino que soava estridente por todo o terreiro. Algumas escravizadas cozinheiras acordavam mais cedo, visando a preparar a alimentação matinal dos demais, que invariavelmente consistia num café fraco e rapadura, talvez pedaços ressecados de angu. Em Vassouras, a maior parte deve ter habitado senzalas coletivas, talvez divididas entre homens e mulheres solteiros, sendo que os casados, muitas vezes, residiam em pequenas senzalas separadas. Foi Marquese quem sugeriu abordagens inéditas para pensar a formação de paisagens e dimensões construtivas das casas grandes e senzalas nas áreas de plantation cafeeira. Os arranjos de moradia dos escravizados, a maior parte africanos – para além das lógicas de governo e as políticas de domínio –

¹² Com diferentes perspectivas para pensar nas possibilidades de abordagens sobre estes espaços ver os estudos de: AGOSTINI, Camilla.. Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: AGOSTINI, Camilla (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, pp. 59-59; AGOSTINI, Camilla.. Espaços estruturais e espaços liminares na ordem escravista: um estudo dos espaços construídos por africanos e afrodescendentes no complexo cafeeiro do século XIX. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens de. (Org.). *Coleção Paisagens Culturais Volume I - Materialização da Paisagem Através das Manifestações Sócio-Culturais*. 2008, pp. 193-193 e AGOSTINI, Camilla.. Entre senzalas e quilombos: ? comunidades do mato? em Vassouras do oitocentos. In: ZARANQUIN, Andrés; SENATORE, M.X.. (Org.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*. Ed. del Tridente, 2002, pp. 19-30; ENGEMANN, Carlos. Vida Cativa: condições materiais de vida nos grandes plantéis do sudeste brasileiro do século XIX. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; et al. (Org.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico de escravos e relações sociais no mundo português*. Vitória/Lisboa: EUFES/IICT, 2006, pp. 187-205 e MARQUESE, Rafael de Bivar & SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeeira, escravidão e a formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, v. 1, p. 100-129.

ainda carecem de análises.¹³ Mas saídos destas senzalas e despertados por um irritante badalar, os escravizados dirigiam-se a um grande tanque d'água, onde se lavavam. Tudo muito rápido. Ainda sonolentos, iam se agrupando no terreiro da fazenda. Aguardavam a presença do administrador ou quase raramente do próprio dono da fazenda, os quais dariam as instruções para mais um dia na lavoura. Só depois de distribuídos em turmas, respeitando-se ocupações e as necessidades diárias do serviço, recebiam a primeira refeição. Dirigiam-se então ao paiol da fazenda, onde pegavam ferramentas: enxadas, foices, facões, peneiras e cestos. Uma parte da escravaria permanecia na fazenda. Afora os considerados incapacitados e doentes, era constituída de escravizados domésticos e alguns com ocupações específicas. Ali ficavam mucamas, lavadeiras, costureiras, cozinheiras e demais empregadas no serviço da casa-grande e os de ofícios especializados, como ferreiros, carpinteiros, pedreiros, tropeiros etc., que realizavam tarefas diversas no âmbito das fazendas. Nas grandes fazendas de café, como não poderia deixar de ser, a maior parte dos escravizados se ocupava do serviço de roça. Tal rotina era diferente certamente nas propriedades menores, com menos de 30 a 20 escravos. Interessante seria pensar como estas paisagens e fronteiras – pequenos e grandes senhores e suas diferentes escravarias – ficariam borradas considerando a dimensão das circunvizinhanças das propriedades, fazendeiros, mercado de escoamento do café e vilas. A questão dos espaços vizinhos e territórios para as plantations – para além dos pequenos quilombos – deveriam ser pensadas.¹⁴

De modo geral, os escravizados do serviço de roça seguiam para as áreas de plantações – distantes ou próximas – em caravana com pequenos ou grandes grupos. O sol ainda não estava firme, mas sim olhares vigilantes dos feitores e capatazes, muitos dos quais também podiam ser escravizados. Conduziam uma pequena carroça puxada por uma junta de bois, levando caldeirões e mantimentos para prepararem a refeição no campo. As crianças, mesmo bem pequenas, muitas vezes acompanhavam seus pais. Era comum as mulheres carregarem seus filhos

¹³Sobre Senzalas: MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, volume 14, 2006, pp. 11-57 e MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, São Paulo, 2005, volume 13, número 2, pp. 165-188.

¹⁴ Consideramos aqui as perspectivas de KAYE, Anthony E. *Joining Places. Slave Neighborhoods in the Old South*. University of North Carolina Press, 2007.

para as plantações, podendo também os recém-nascidos ficar na sede da fazenda sob os cuidados de alguns velhos, aleijados ou avaliados como incapazes para o trabalho no eito. Era, por exemplo, a rotina de africanas que levavam seus filhos menores diariamente para a roça. A mortalidade infantil era altíssima e ali dezenas de crianças que não passaram dos primeiros meses.

Na lavoura todos eram redistribuídos em grupos, sendo destacados para partes diversas dos cafezais. Passava pouca coisa das seis horas da manhã. Separados num sistema de trabalho por "gangs" ou turmas, denominado "corte" e "beirada", os escravizados considerados mais aptos – sempre os jovens e mais robustos – eram escolhidos para ditar o ritmo da colheita. Quatro trabalhadores colocados na beirada dos cafezais, sendo o cortador e o contra-cortador de um lado e o beirador e o contra-beirador do outro. Os mais velhos e lentos colocados no meio. Homens e mulheres na mesma turma. Colhiam em média cinco a sete alqueires diariamente. Não demorava muito para os escravizados perceberem que os ritmos do trabalho não tinham somente os sons do chicote e da gritaria imposta pelos feitores. Aprenderam logo e se animaram com os vissungos, cantigas africanas. Sob formas de versos cifrados, repetidos refrãos e com significados simbólicos, também serviam como senhas, por meio das quais resenhavam suas vidas e expectativas e mesmo avisavam uns aos outros sobre a aproximação de um feitor. O "ngoma" – como diziam – podia estar perto.¹⁵ Apesar da violência e péssimas condições, tentar definir alguns sons e ritmos do trabalho era uma face fundamental da organização de suas próprias vidas escravizadas. Alguns eram destacados para prepararem as refeições coletivas no campo. Dez horas da manhã

¹⁵ Pensamos aqui nas contribuições de Robert Slenes para pensar as comunidades de senzalas e culturas escravas. Ver: SLENES, Robert Wayne Andrew. "As Provações de Um Abraão Africano: a Nascente Nação Brasileira na Viagem Alegórica de Johann Moritz Rugendas". *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, SP, volume 2, 1996, pp. 271-294; "Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil". *Revista USP*, São Paulo, volume 12, 1992, pp. 48-67; "I Come from Afar, I Come Digging?: Kongo and Near-Kongo Metaphors in Jongo Lyrics". In: MONTEIRO, Pedro Meira & STONE, Michael. (Org.). *Cangoma Calling! Spirits and Rhythms of Freedom in Brazilian Jongo Slavery Songs*. Dartmouth: University of Massachusetts, [série: Luso-Asio-Afro-Brazilian Studies and Theory 3, 2013, volume 1, p. 65-76; "Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brazil: 'Creolization' and Identity Politics in the Black South Atlantic, ca. 1700/1850". In: BARRY, Boubacar; SOUMONI, Élisée Soumonni & SANSONE, Lívio. (Org.). *África, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities*. Trenton, New Jersey: Africa World Press, 2008, pp. 209-254; "Eu venho de muito longe, eu venho cavando": jongueiros cumba na senzala centro-africana". In: LARA, Sílvia Hunold & PACHECO, Gustavo. (Org.). *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008, pp. 109-156; "A Árvore de Nsanda Transplantada: Cultos Kongo de Aflição e Identidade Escrava no Sudeste Brasileiro (Século XIX)". In: LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia. (Org.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Ed. Anna Blume, 2006, pp. 273-314.

ou um pouco mais tarde: uma pausa. O almoço. Formavam fila em frente a um rancho improvisado que servia de cozinha. Recebiam em pequenas cuias refeições, constituídas de angu – a base da alimentação escrava – e um pouco de feijão temperado com pedaços de toucinho e gordura de porco. Não raro alguns legumes, como batata-doce e abóbora, e farinha de mandioca. Muitas escravizadas aproveitavam para amamentar seus filhos. O total da pausa não durava uma hora. Logo retornavam ao trabalho e só bem mais tarde havia outro breve intervalo.

Na ocasião, sem se afastarem dos locais da colheita, recebiam um pouco de café, substituído nos dias frios e chuvosos por pequenas doses de aguardente. O trabalho continuava até às 16h, quando era servido o jantar, via de regra a sobra do angu do almoço. Essas cenas cotidianas foram desenhadas por Victor Frond e posteriormente acompanharam como litografias a publicação dos relatos de viagens de Charles Ribeyrolles.

Era também nesse longo dia de penoso e extenuante trabalho que os escravizados, castigados pelo sol escaldante, pelos espinhos dos arbustos de café ou pelo chicote dos feitores truculentos, procuravam formas diversas de socialização. O castigo era uma realidade que rondava. Mas aproveitando uma fugidia frouxidão na vigilância, conversavam a respeito de seu cotidiano, alimentando sonhos de melhores dias. Ao escurecer, quase às 19h nos dias de verão, preparavam-se para voltar à fazenda. Novamente formavam fila em frente ao terreiro e reuniam-se aos que tinham permanecido trabalhando na sede da fazenda. Retornariam às senzalas. A jornada de trabalho podia continuar madrugada adentro na separação e ensacamento dos grãos de café colhidos. À noite, em torno das pequenas fogueiras que mantinham – nunca apagavam as brasas! – no interior das senzalas, o cansaço dominava absoluto. Uma esperança renovada semanalmente surgia nas vésperas dos domingos. Poderiam cultivar suas roças próprias, produzindo alimentos para seu consumo. Eram concessões senhoriais que souberam transformar em conquistas e direitos costumeiros, podendo obter recursos extras com a comercialização dos excedentes. Nos dias santos promoviam seus jongs e caxambus. Alimentavam tanto seus espíritos como os daqueles não mais presentes.

Se os universos e experiências dos mundos do trabalho podem ser reconstituídos em narrativas da memória sabemos pouco sobre as reorganizações – materiais e rituais – das comunidades escravas, em senzalas, casebres, sede da

fazenda e outras atividades rotineiras, porém sempre hierarquizadas. Tempo geracional do africano, realocação identitária, ocupação, aprendizado com base étnica, parentesco, família etc. constituíram espaços fundamentais para o estabelecimento de paisagens, considerando determinadas fazendas, aquelas circunvizinhas e as políticas de domínio. Seria possível assim tomar as comunidades escravas geradas no sentido endógeno, exógeno, ampliadas e geracionais.¹⁶

Numa perspectiva especulativa seria possível pensar nos períodos, fases e faces de incorporação de pequenas gerações de africanos – cerca de 2 a 10 escravizados – em determinados plantéis. Como eram recebidos? Seus primeiros ensinamentos e adaptações linguísticas, incluindo identificações e estranhamentos com antigas gerações de africanos, mais velhos e diferentes? Alguns estudos nas últimas décadas ensaiaram abordagens sobre autonomia, identidade, formação e governo dos escravos para entender o que chamaram de “comunidades escravas”.¹⁷ Com perspectivas na mesma direção pensamos mais em “comunidades de senzalas” seguindo os nossos próprios estudos sobre quilombos e campesinato negro, tentando encontrar espaços simbióticos e conectados das culturas e sentidos dos mundos do trabalho, família e identidades de africanos e crioulos. Seria fundamental pensar as comunidades de senzalas nestas perspectivas geracionais.¹⁸

¹⁶ Para pensar nas possibilidades de abordagens sobre estes espaços ver os estudos de: AGOSTINI, Camilla.. Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: AGOSTINI, Camilla (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, pp. 59-59; AGOSTINI, Camilla.. Espaços estruturais e espaços liminares na ordem escravista: um estudo dos espaços construídos por africanos e afrodescendentes no complexo cafeeiro do século XIX. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens de. (Org.). *Coleção Paisagens Culturais Volume I - Materialização da Paisagem Através das Manifestações Sócio-Culturais*. 2008, pp. 193-193 e AGOSTINI, Camilla.. Entre senzalas e quilombos: ?comunidades do mato? em Vassouras do oitocentos. In: ZARANQUIN, Andrés; SENATORE, M.X.. (Org.). *Arqueologia da Sociedade Moderna nairas do título algumas reflexões sobre “comunidades de senzalas”América do Sul*. Ed. del Tridente, 2002, pp. 19-30.

¹⁷Sobre as possibilidades dos conceitos de “comunidade escrava” ver: FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *TEMPO. Revista do Departamento de História*, Universidade Federal Fluminense, volume 22, 2007, pp. 122-146, 2007; ENGEMANN, Carlos. De grande escravaria à comunidade escrava. *Revista Estudos de História*, Franca, volume 9, número 2, 2002, pp. 75-96; ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2008; ENGEMANN, Carlos. A dinâmica política das comunidades escravas nos grandes plantéis do Vale do Paraíba no século XIX.. In: MOURA, Ana Moura; SHEIDT, Eduardo; SANTOS, Cláudia; ENGEMANN, Carlos (Org.). *História Política*. Vassouras: Editora da USS, 2009, pp. 19-39; ENGEMANN, Carlos. Das comunidades escravas e suas possibilidades. In: FLORENTINO, Manolo. (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 169-206.

¹⁸Ver questões colocadas em GOMES, Flávio dos Santos. “Sobre as comunidades de senzalas”, In: *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*, edição revista e

Casamentos e identidades africanas.

Uma janela para verificar experiências, identidades e arranjos de parentesco numa área de *plantation* é perscrutar os padrões de casamentos, especialmente dos africanos.¹⁹ No Brasil, os casamentos de escravizados, apesar de reconhecidos pela Igreja Católica, foram por muito tempo considerado inexistentes. O grande número de homens, desproporcional a quantidade de mulheres trazidas pelo tráfico negreiro e a falta de interesse dos proprietários (poderia dificultar a negociação de um dos cônjuges) eram as justificativas correntes que explicariam a não incidência de matrimônio entre escravizados. Havia mesmo quem argumentasse sobre uma suposta promiscuidade nas senzalas.²⁰ Desde o século XVII há evidências de registros de casamentos em várias paróquias do Rio de Janeiro e da Bahia. Em 1711, as *Constituições Primeiras* do Arcebispado da Bahia já reafirmavam como legítimos os enlaces matrimoniais de escravizados ou entre pessoas livres e escravizadas. Rezavam as *Constituições* que os senhores não podiam impedir os casamentos de seus escravizados, nem

ampliada, São Paulo, Cia. Das Letras, 2006, pp. 52-77 (na primeira edição de 1995, além do título, algumas questões em torno da idéia de “comunidades de senzalas” já estavam colocadas)

¹⁹ Ver, por exemplo, entre outros: BURMEISTER, Ana Maria de Oliveira. "A Nupcialidade em Curitiba no século XVIII." *História: Questões & Debates*, Curitiba, 2(2): 63-8, 1981; COSTA, Iraci Del Nero da & GUTIERREZ. "Notas sobre casamentos de escravizados em São Paulo e no Paraná (1830)". *História: Questões & Debates*, Curitiba, 5(9): 313-21, dez. 1984; COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. e SCHWARTZ, Stuart B. "A Família escrava em Lorena (1801)" *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2): 245-95, 1987; COSTA, Iraci Del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. "Vila Rica: Nota sobre Casamentos de Escravizados (1727-1826)". *África*. São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP, (4): 105-109, 1981; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998); FLORENTINO, Manolo Garcia & GOÉS, José Roberto. *A Paz das Senzalas. Famílias escravizadas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997); GUERZONI FILHO, Gilberto & NETTO, Luiz Roberto. "Minas Gerais: índices de casamentos da população livre e escrava na comarca do Rio das Mortes." *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18(3): 497-507, set./dez. 1988; METCALF, Alida. "Vida familiar dos escravizados em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba". *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2): 229-43, 1987; MOTTA, José Flávio. "A Família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, 5(1): 71-101, jan./dez. 1987; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. (São Paulo, T.A. Queiroz Editor, Unesp, 1984), pp. 139-148; SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. "Casamentos de escravizados na capitania de São Paulo". *Ciência & Cultura*, São Paulo, 32(7):816-21, Julho 1980 e SLENES, Robert W. "Escravidão e família: padrões de casamentos e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)". *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2):217-27, 1987.

²⁰ Ver as críticas pioneiras de GRAHAM, Richard. "A família escrava no Brasil Colonial", *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. (São Paulo, Perspectiva, 1979) pp. 41-57; SCHWARTZ, Stuart B. "A família escrava e as limitações da escravidão". *Segredos Internos - Engenhos e Escravizados na Sociedade Colonial, 1550-1835*. (São Paulo, Companhia das Letras, 1988) pp. 310-336 e SLENES, Robert W. "Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX", *Revista Brasileira de História*. (São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, no 16, 1988), pp. 189-203.

tampouco separá-los após o matrimônio.²¹ Provavelmente grande parte dos proprietários não cumpriu esse “direito divino”. Para muitos não haveria interesse em incentivar às uniões sacramentadas pela Igreja e até mesmo as ligações consensuais estáveis dos seus escravizados. Novos estudos, principalmente relacionados à demografia destacaram como os escravizados forjaram laços familiares consensuais ou não, embora ainda possamos conhecer mais sobre a dinâmica dos casamentos. Até que ponto os senhores conseguiram intervir na vida e organização familiar dos africanos escravizados, mesmo quando estes escolheram a legitimação do sacramento cristão para constituírem suas famílias? O que significavam – numa determinada área – os casamentos para os africanos e para as primeiras gerações de crioulos? Em que medidas padrinhos de batizados ou testemunhas de casamentos reconfiguravam as alianças das senzalas e também fora delas?

Robert Slenes ampliou o debate a respeito do matrimônio, destacando os laços familiares, especialmente a endogamia entre casais africanos e casais de crioulos. Citando vários estudos mais recentes ele avaliou como os registros de casamentos entre escravizados aparecem desiguais (em termos quantitativos e de frequência) para o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX e como em algumas áreas evidenciavam a diminuição de uniões entre escravizados sacramentadas pela igreja através de matrimônio. As diferenças entre os índices de nupcialidade estariam – por exemplo – tanto nas práticas dos escravizados e nas políticas de domínio, como na presença da igreja com maior força em determinadas regiões, pressionando talvez os senhores e a população livre para uma maior formalização na configuração das relações familiares.²²

Um desenho demográfico original pode ser encontrado nos registros eclesiásticos de casamentos entre escravizados. Para o período de 1828 a 1864 analisamos 539 registros de casamentos, reunindo 1078 cativos. Para 494 escravizados (45,8%) não sabemos a origem dos cativos, se africano ou crioulo. No total de registros, quase 80% são para cativos (homem-mulher) com a mesma identificação de naturalidade. Encontramos a naturalidade para 584 escravizados,

²¹ CAMPOS, Adriana Pereira e MERLO, Patrícia M. da Silva. “*Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravizados na legislação brasileira*”. TOPOI, Rio de Janeiro, UFRJ, volume 6, número 11, jl.-dez. 2005), pp. 326-360 e Silva, *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*, pp. 139-148

²² SLENES, *Na Senzala, uma Flor*, pp. 78-115

sendo 80,1% africanos e 19,9% crioulos. Do total de africanos, 54,3% (252) aparecem com nomenclaturas de origem e áreas de embarque. A partir destes dados também temos um perfil africano dos escravizados em Vassouras que podem ser comparados aos registros de óbitos e aqueles dos inventários.

Tabela 4 – Africanos nos registros eclesiásticos de óbitos, casamentos e inventários, século XIX, Vassouras

Nomenclaturas e regiões Africanas	Sepultados		Inventariados		Casados		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Africanos ocidentais	17	(12,2)	403	(5,6)	7	(2,8)	427	(5,6)
Africanos orientais	24	(18,6)	1539	(21,3)	26	(10,3)	1589	(20,8)
Africanos centro-ocidentais	88	(68,2)	5295	(73,1)	219	(86,9)	5602	(73,6)
Total	129	(100)	7237	(100)	252	(100)	7618	(100)

Fonte: Inventários (1825-1865), Registros de óbitos (1840-1880) e Registros de Casamentos (1828-1864)

Apenas com as variações para os africanos ocidentais que aparecem mais representados nos óbitos temos padrões semelhantes das nomenclaturas e áreas de embarque de africanos em Vassouras ao longo do século XIX. Destaque são para as variações das nomenclaturas que aparecem bem concentradas nos assentos eclesiásticos e muitas disseminadas e ampliadas nos registros dos inventários *post-mortem*. Em tese – desconsiderando este impacto na complexa composição de plantéis, entre pequenos proprietários e grandes fazendeiros – os africanos ocidentais e orientais tinham menos possibilidades de – através dos casamentos – conexões étnicas, casando com outros africanos com as mesmas nomenclaturas e provenientes das mesmas áreas de embarque. Considerando os arranjos dos casamentos em pares e as proporções de africanos por nomenclaturas encontramos uma realidade mais complexa que pode sugerir outros sentidos e significados nas escolhas maritais, via casamento católico sancionado pela Igreja. Vejamos. Entre os benguelas (africanos provenientes do sul de Angola) cerca de 45% (10 de 22) das mulheres casavam com homens de outras identidades-nomenclaturas. Já entre as mulheres congos este índice alcança 55% (16 de 29), ficando as mulheres cabindas com 66,6% (12 de 18).

Quais as determinações e impactos dessas escolhas maritais? Somente políticas senhoriais? Influências de homens ou mulheres mais velhos? Diferenças

de incorporações geracionais em diferentes comunidades escravas?²³ Um detalhe: via de regra os casamentos eram realizados por escravizados pertencentes a um mesmo plantel-fazendeiro, sendo raro casamentos realizados entre escravizados de proprietários diferentes. Representariam arranjos maritais, alianças e conexões na mesma escravaria, sancionadas pelos senhores. Mas não significa dizer que africanos não podiam formar “casamentos estendidos” (rituais ou relações) com escravizados de outras fazendas. Para áreas de plantation nos EUA vários estudos têm destacado como podiam haver sentidos econômicos, rituais e étnicos nos matrimônios e arranjos familiares.²⁴ Para os estudos no Brasil o que nem sempre é possível identificar nos matrimônios de escravizados é a faixa etária cronológica das mulheres e dos homens e mais ainda a idade geracional. Representariam não apenas pessoas mais velhas, por exemplo, mas igualmente aqueles mais antigos na região e plantel. E devemos ainda considerar o número reduzido de mulheres nos plantéis, especialmente de mulheres africanas. Entre os homens cabindas (27) somente 22,2% (6) casavam com mulheres também cabindas. Daqueles (10) que casavam com outras mulheres africanas, 40% o faziam com africanas orientais (moçambiques e inhambanes). Destaca-se que 42,1% (8) dos homens cabindas que casavam com mulheres de outras origens o faziam com mulheres crioulas. Mais interessante ainda seria o caso dos homens angolas. Nos registros de casamentos nenhum deles (20) aparece se casando com mulheres angolas, porém se casam mais (35%) com mulheres crioulas ou então com mulheres do Congo Norte (cabindas e congos) com índice de 30%. Estariam estes homens africanos – quiçá mais velhos – casando com mulheres crioulas mais jovens? Mas estes homens poderiam ser também africanos mais novos com não muito tempo de plantel e então estas mulheres crioulas poderiam ser filhas de homens-mulheres africanos mais velhos -- Angola, Congo e Cabinda – existindo assim escolhas condicionadas aos arranjos étnicos geracionais africanos em dadas fazendas. O caso dos homens benguelas sugere variações. Somente um em cada quatro

²³ Para estudos mais recentes sobre casamentos ver: FREIRE, Jonis. Casamento, legitimidade e família em uma freguesia escravista da Zona da Mata Mineira: século XIX. *Locus (UFJF)*, volume 11, 2005, pp. 51-73 e FREIRE, Jonis. Legitimidade e casamento na Zona da Mata mineira: estudos sobre a família escrava. In: SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (Org.). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012, pp. 161-200.

²⁴ MALONE, Ann Patton. Sweet Chariot. Slave Family and Household Structure in Nineteenth Century Louisiana. The University of North Carolina Press, 1992, pp. 230-240 e STEVENSON, Brenda E. Life in Black & White. Family and community in the Slave South. Oxford University Press, 1996, pp. 230-2

casava com mulheres benguelas. Mas eles não escolhiam majoritariamente crioulas como faziam os Angolas, Congos e Cabindas. Paradoxalmente os homens benguelas escolhiam mais as mulheres Congo Norte (Cabindas e Congos) com 45,5%, embora a escolha por crioulas se mantivesse com o índice de 21,2%.

Para diferentes regimes demográficos é fundamental também considerar que os homens africanos que aparecem nos registros eclesiásticos podiam ter também casamentos estendidos, no caso interesse em ter esposas em fazendas distintas. Sem falar em áreas onde havia mais esposos e pais ausentes. Seriam situações complexas que requer cuidado diante de abordagens generalizantes e mesmo sexistas.²⁵ Assim as dimensões limitadas dos casamentos religiosos que não seriam necessariamente antagônicos aqueles estendidos – podemos pensar em encontros de fim de semana – que articulavam escravizados de fazendas diferentes. Para Vassouras e outras áreas do vale do Paraíba há inúmeros processos crimes que revelam conflitos, confrontos, tensões e alianças de fugitivo que procurava outras fazendas, buscando apoio, podendo também manter laços familiares.²⁶ Na perspectiva da circunvizinhança Kaye destaca a possibilidade de se abordar os laços de parentesco inter-plantações, fazendas e senzalas. Haveria assim vista grossa, negociações invisíveis e expectativas senhoriais e fundamentalmente escravas de casamentos ampliados e relações de parentesco.²⁷

As escolhas podiam ser femininas e ter sentidos de proteção e alianças. Por exemplo: mulheres congos casavam com homens benguelas, assim como mulheres benguelas casavam com homens congos. Mas havia variações. As mulheres benguelas escolhiam mais homens do Congo Norte, podendo ser congos e cabindas. Interessante é que as mulheres congos não se casavam com homens

²⁵ DUNAWAY, Wilma A. *The African-American Family in Slavery and Emancipation*. Cambridge University Press, 2003, pp. 62-64

²⁶ Ver: GOMES, Flávio dos Santos. Outras cartografias da plantation: espaços, paisagens e cultura material no sudeste escravista. In: AGOSTINI, Camilla (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, pp. 83-104; GOMES, Flávio dos Santos & SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. Iron Cosmology, Slavery, and Social Control: The Materiality of Rebellion in the Coffee Plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, volume 5, 2016, pp. 174-2016; GOMES, Flávio dos Santos. Vecindad, territorios y paisajes de la cultura escrava en torno a las haciendas cafeteras de Rio de Janeiro: algunos aportes. *História Caribe*, volume 7, 2012, pp. 77-100; GOMES, Flávio dos Santos & COUCEIRO, Luis Alberto. Hierarquias e territórios da cultura material em torno das senzalas: primeiras notas para uma abordagem antropológica da Plantation. *Saeculum (UFPB)*, volume 25, 2011, pp. 97-114.

²⁷ KAYE, Anthony E. *Joining Places*. pp. 64-69

cabindas, sugerindo diferenças entre eles, embora fossem da área Congo Norte. Elas escolhiam mais os homens benguela (43,7%) e depois os homens angola (28,5%). Já as mulheres angolanas escolhiam mais os homens Congo Norte (57,2%). As mulheres Moçambiques também optavam mais pelos homens cabinda (42,8) e depois pelos homens cassange (28,7%). Nos inventários, entre os africanos centro-ocidentais, congos e cabindas somavam juntos 41,9%.

Não podemos correr o risco de ver estes casamentos numa dimensão a-temporal, como muitas vezes aparecem em estudos que se baseiam exclusivamente em análises cliométricas. O que a nossa pesquisa em andamento pode analisar – a luz de cruzamentos com listagens de inventários – é sobre o que significavam os casamentos de africanos em Vassouras nas primeiras gerações, entre 1825 e 1840, comparado aos matrimônios do período de 1850 a 1865. Para as primeiras gerações poderiam significar as permanências de padrões de poligamia-poligenia e formação de comunidades africanas transétnicas ou para africanos mais tardios, expectativas geracionais com diferentes dimensões.²⁸ Os índices das escolhas das mulheres crioulas sugerem pensar numa economia política que podia articular os interesses dos fazendeiros (adquirindo homens e mulheres africanos com expectativas de casamentos futuros nas suas propriedades) com as conexões culturais de parentesco formuladas nas senzalas e com significados próprios. Do total de mulheres crioulas, pouco mais da metade (55,5%) casava-se com outros homens crioulos. Mas 90% das mulheres crioulas que casavam com outros africanos o faziam proporcionalmente (sem grandes variações) com homens com as nomenclaturas Angola, Benguela, Cabinda e Congo. Nunca casavam com africanos ocidentais e orientais. Seria assim possível pensar em arranjos geracionais dos africanos e dos crioulos, determinados tanto pelas mães africanas das cônjuges? mulheres crioulas como pelos africanos mais velhos que podiam ter preferência nas escolhas.²⁹ Herbert Gutman em estudo pioneiro alertou para as possibilidades de se abordar como os próprios escravos podiam reconhecer as diferenças e os significados dos casamentos sancionados

²⁸ Ver algumas perspectivas em BERLIN, Ira. *Many Thousands gone. The First Two Centuries of Slavery in North America*. Harvard University Press, 1998, pp. 189-191

²⁹ MORGAN, Philip D. *Slave Counterpoint. Black Culture in the Eighteenth-Century Chesapeake and Lowcountry*. The University of North Carolina Press, 1998, pp. 534-5

pela igreja ou seus senhores e aqueles estendidos e sob normas das suas próprias comunidades e crenças.³⁰

Estudos mais recentes têm ampliado pensar estas dimensões de família, parentesco e comunidades escravas.³¹ Certamente registros paroquiais de casamentos, inventários e cruzamentos com outras fontes podem ajudar a revelar – lançar questões – mais complexas sobre os sentidos do casamento de escravos e suas funções nas comunidades escravas. Os próprios rituais – dias e meses – destes sacramentos, a realizações em datas próximas reunindo uniões de outros escravizados em plantéis diferentes podem sugerir mais questões.³² Nossas pesquisas em andamento por enquanto oferecem reflexões iniciais para pensar as dimensões étnicas, geracionais e demográficas do parentesco escravo e africano numa *plantation*.

Iamara Viana

Professora da Pontifícia Universidade Católica PUC-RJ, Doutora em História na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, e pós-doutoranda no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Flávio Gomes

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

³⁰ GUTMAN, Herbert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. Vintage Books, 1976, pp. 283 e segs.

³¹ Destacamos aqui os estudos de FREIRE, Jonis. A importância das relações familiares para os projetos de liberdade na Mata Mineira oitocentista. Recôncavo: *Revista de História da UNIABEU*, volume 2, 2012, pp. 41-66; FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais - século XIX. *Afro-Asia*, volume 46, 2012, pp. 9-59 e FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014.

³² Ver: WEST, Emily. *Chains of Love. Slave Couples in Antebellum South Carolina*. University of Illinois Press, 2004, pp. 116-120